

FÓRUM SOBRE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA DE REUNIÃO

Aos trinta e um dias do mês de março de 2003, na sede da Ageflor, travessa Francisco Leonardo Truda n. 40, conjunto 148, edifício FORMAC centro de Porto Alegre, RS, reuniu-se o FÓRUM SOBRE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Participantes conforme lista própria.

FÁBIO ROSA faz a abertura dos trabalhos, apontando para a necessidade de serem criadas linhas de trabalho organizadas em grupos temáticos e um cronograma de atividades. Ressalta que há um longo trajeto a ser percorrido, complicado e desafiante. Pede então a cada um dos participantes que se apresente.

O Professor Lobatto (UFRGS) fala sobre suas preocupações com o capim anónni; Ulisses Rogério Arruda Andrade (FEISC) expressa sua preocupação com a estigmatização de determinadas essências florestais exóticas; Rogério Coelho (EMBRAPA) diz que há maior preocupação com a produtividade do que com conservação ambiental; Marcílio Caron Neto (Presidente da ASBR) fala da necessidade de se estabelecer um sinergismo do setor produtivo com a sociedade civil.

Dando continuidade aos trabalhos, Fábio Rosa concede 15 minutos para Sílvia Ziller colocar claramente os conceitos técnicos que devem reger os trabalhos do grupo. A Engenheira explica que espécies exóticas invasoras são espécies introduzidas e uma vez adaptadas passam a reproduzir-se e dispersar-se em ambientes naturais ou semi-naturais, substituindo e eliminando a biodiversidade nativa e quebrando processos ecossistêmicos. Aponta diversas espécies (braquiária, capim gordura, kudzu, pinus, eucalipto, acácia-negra, cinamomo, tojo, casuarina, dengue, vaca louca, febre aftosa, carpa, tilápia) dizendo que sendo realizado pelo Instituto Hórus de Desenvolvimento Ambiental em parceria com The Nature Conservancy do Brasil, um levantamento de dados sobre espécies invasoras no Brasil. Ressalta a necessidade de agir com enfoque na PREVENÇÃO, no bom MANEJO e no CONTROLE das invasões, contemplando aspectos ambientais, econômicos e sociais. Coloca que é preciso buscar conhecimentos e métodos de controle já estabelecidos e praticados em outros países. Essas informações geradas serão sistematizadas em uma base de dados e colocadas à disposição pela internet, como forma de gerar conhecimento sobre o tema e facilitando as ações de controle. Ressalta a importância de se desenvolver uma visão de contexto nacional e internacional, com cuidado para que o grupo não se restrinja a preocupações locais.

Fábio coloca a palavra à disposição. Houve então a apresentação dos que chegaram após a abertura dos trabalhos: Paulo Azevedo (FLOPAL/Os Amigos da Floresta), Kelly Rodrigues (pós-graduanda na UFRGS), Maria Inêz Azevedo Velho (IDEAAS). Fábio ressalta a importância de trabalhar em interface com o setor produtivo. Fala do desconhecimento que gera a contaminação biológica, da necessidade de criarem-se modelos de como as invasões devem ser controladas e resolvidas. Lembra do seminário "Espécies Invasoras e Desenvolvimento Sustentável" realizado em 2002 pelo IDEAAS e Instituto Hórus, que contou com a presença de pesquisadores internacionais como Dr. Richard Mack e Dra. Ann Bartuska. Disse ainda que este tema precisa ser tratado com seriedade dentro de critérios técnico-científicos, salientando para a situação de árvores exóticas invasoras estabelecidas na faixa de domínio de rodovias, que servem como caminhos de dispersão.

Houve em seguida abertura para comentários. Salete Ferreira da Sema/Defap relata os problemas de contaminação biológica no Parque Nacional do Turvo com uva-do-japão e rã touro. Esta última, em razão de seu grande porte, alimenta-se

de espécies de anfíbios nativos, causando graves prejuízos ecológicos e ambientais. Diz que há problemas de contaminação biológica dentro e fora do parque. Em resposta, colocou-se a urgência em remover as árvores de uva-do-japão, pois exercem gradativo processo de dominância no interior e na bordadura de áreas florestais, eliminando aos poucos a cobertura nativa.

Lobatto coloca a necessidade do desenvolvimento de controle biológico como forma de resolver a longo prazo a invasão por capimannoni, havendo necessidade de buscar pesquisadores que trabalhem no tema.

Foi-lhe colocado o interesse de um pesquisador da África do Sul, Arne Witt, que deseja cursar o doutorado no Brasil para tratar especificamente desta questão, solicitando seu apoio para viabilizar a vinda do pesquisador.

Marcílio Caron Neto fala sobre o Pinus que esta presente em áreas antropizadas com baixa fertilidade trazendo benefícios econômicos. Cita o exemplo do controle biológico da vespa da madeira, que há necessidade do sinergismo academia, setor produtivo e sociedade. Coloca que, em se estabelecendo técnicas de manejo e controle, as associações poderão repassá-los aos seus associados para implementação prática. Afirma que dentro do setor produtivo, o manejo e o controle serão facilmente adequados às necessidades de retenção da contaminação biológica por espécies de uso florestal.

Paulo Willadino, advogado que trabalha há 30 anos em Direito Ambiental, coloca a necessidade da pontuação legal e desenvolvimento de regulamentação para espécies exóticas invasoras. É necessário que se criem marcos legais claros e abrangentes sobre este tema. Sílvia Ziller coloca que os critérios de certificação florestal prevêm o estabelecimento de atividades de prevenção e controle da dispersão de espécies florestais invasoras, e que boa parte das invasões atualmente estabelecidas nos campos paranaenses tem origem em plantios realizados pelos departamentos de estradas em décadas passadas.

Paulo César (FLOPAL/Os Amigos da Floresta) propõe que se discuta como credenciar o grupo perante a sociedade e órgãos de governo, no sentido de legitimar o processo de desenvolvimento e implantação dos trabalhos de controle. Fábio diz que o objetivo é estabelecer processos executivos.

Ilsi Boldrini coloca a necessidade de realização de um zoneamento ecológico de forma que o estabelecimento de plantios florestais seja realizado em áreas adequadas, sem promover a substituição de ambientes naturais. Ulisses Andrade questiona a preocupação com 3% de área ocupada com florestas plantadas no país, e que a mesma preocupação não é manifestada com os 25% da área que é ocupada com as atividades agrícolas. Coloca que as ações a serem iniciadas requerem suporte jurídico, apoio do setor produtivo e apoio dos órgãos de governo.

Paulo César (FLOPAL/Os Amigos da Floresta) fala sobre a invasão e o interesse econômico da floresta de pinus, e da decorrente necessidade de ação para equilibrar a questão com o controle adequado. Paulo Willadino sugere a formação de grupos nos temas flora, fauna e legislação.

Salete Ferreira (DEFAP) diz que este grupo deve ajudar o IBAMA e o DEFAP fazendo uma interface com a questão das invasões biológicas, que se pode fazer controle em alguns casos, mas que há necessidade da erradicação das florestas de pinus no entorno de unidades de conservação de proteção integral. Paulo Willadino argumenta sobre as determinações legais que já existem nessa matéria.

Fábio Rosa encerrou os trabalhos, ficando para a próxima reunião a definição e consolidação dos grupos temáticos, conforme os assuntos debatidos pelos presentes, que são:

1. Pesquisa e sistematização de informações sobre invasões biológicas;
2. Políticas públicas;
3. Controle de capim anonni;
4. Estabelecimento de modelo de gestão adequada de espécies invasoras em prática de reflorestamento;
5. Envolvimento dos setores elétrico, civil, ornamental e rodoviário;
6. Captação de recursos.

Mencionou-se ainda alguns elementos básicos que devem reger este trabalho: legitimação e articulação institucional e respeito às unidades de conservação.

Nada mais havendo, encerro a presente ata que vai por mim, Rodrigo Pereira Luz de Quadros assinada, juntamente com os coordenadores dos trabalhos, Fábio Rosa e Sílvia Ziller.